



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA GRANDE (ISASG): ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DA FAUNA E ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CAATINGA PERNAMBUCANA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA GRANDE (ISASG): COMBATING WILDLIFE TRAFFICKING AND COMMUNITY-BASED STRATEGIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE CAATINGA OF PERNAMBUCO

DOI: 10.5281/zenodo.19007013



Elijalma Augusto Beserra¹
Maria Jaciane de Almeida Campelo²
Maria Augusta Maia e Souza Beserra³
Emily Vitoria Maia e Souza Beserra⁴
Jaques José da Silva Souza⁵
Natercio Melo⁶

1 Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Regional - Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: elijalma@gmail.com.

2 Doutora em Biologia Vegetal - Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: jaciane.compelo@univasf.edu.br.

3 Médica - Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: augusta.maia@hotmail.com.

4 Graduanda em Medicina - Faculdade de Petrolina (FACAPE). E-mail: emily.beserra2004@gmail.com.

5 Mestre em Administração Pública - Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: jaques.souza@hotmail.com.

6 Mestre em Economia Rural - Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: naterciomelo@uol.com.br.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.3 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





RESUMO

O tráfico de animais silvestres constitui um dos principais vetores de perda de biodiversidade, comprometendo processos ecológicos essenciais e evidenciando fragilidades estruturais nas políticas ambientais, especialmente em biomas historicamente marginalizados, como a Caatinga. Único bioma exclusivamente brasileiro, apresenta elevada biodiversidade e significativo grau de endemismo, ao mesmo tempo em que enfrenta persistentes processos de degradação ambiental e vulnerabilidade socioeconômica. Este estudo tem como objetivo analisar a atuação do Instituto Socioambiental da Serra Grande (ISASG), localizado em Serra Talhada (PE), como experiência territorializada de integração entre conservação ambiental da fauna e da flora, enfrentamento indireto ao tráfico de animais silvestres, desenvolvimento sustentável e inclusão social no Semiárido brasileiro. Adota-se abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e sistematização de informações institucionais. Os resultados demonstram que o ISASG realiza a gestão de Área de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) e Área de Soltura e Monitoramento de Fauna Silvestre (ASMFS), tendo reintroduzido, entre 2021 e 2026, 1.641 indivíduos, sendo 1.244 aves, 389 répteis e 8 mamíferos. Destacam-se ainda ações de reflorestamento com espécies nativas, articulação com instituições públicas e acadêmicas e fortalecimento de iniciativas produtivas, como a elaboração de geleias, compotas e doces protagonizadas por mulheres do campo, configurando estratégia integrada de recuperação ecológica e desenvolvimento territorial. Conclui-se que a experiência analisada contribui para a conservação da biodiversidade da Caatinga e evidencia que a efetividade das políticas ambientais no Semiárido depende da articulação entre justiça social, saberes locais, soberania alimentar, equidade de gênero e participação comunitária.

Palavras-chave: Animais silvestres; Mulheres do campo; Soltura; Desenvolvimento territorial; Políticas ambientais; Conservação ambiental.

ABSTRACT

Wildlife trafficking constitutes one of the main drivers of biodiversity loss, compromising essential ecological processes and revealing structural weaknesses in environmental policies, especially in historically marginalized biomes such as the Caatinga. The only biome exclusively Brazilian, it presents high biodiversity and significant levels of endemism, while simultaneously facing persistent processes of environmental degradation and socioeconomic vulnerability. This study aims to analyze the role of the Instituto Socioambiental da Serra Grande (ISASG), located in Serra Talhada (PE), as a territorialized experience integrating environmental conservation of fauna and flora, indirect confrontation of wildlife trafficking, sustainable development, and social inclusion in the Brazilian Semi-arid region. A qualitative approach of a descriptive and analytical nature was adopted, based on bibliographic review, document analysis, and systematization of institutional information. The results show that ISASG manages a Wildlife Release Area (ASAS) and a Wildlife Release and Monitoring Area (ASMFS), having reintroduced, between 2021 and 2026, 1,641 individuals, including 1,244 birds, 389 reptiles, and 8 mammals. Reforestation initiatives with native species, collaboration with public and academic institutions, and the strengthening of productive initiatives, such as the production of jams, preserves, and sweets led by rural women, are also noteworthy, configuring an integrated strategy of ecological restoration and territorial development. It is concluded that the

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.3 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





analyzed experience contributes to the conservation of Caatinga biodiversity and demonstrates that the effectiveness of environmental policies in the Semi-arid region depends on the articulation between social justice, local knowledge, food sovereignty, gender equity, and community participation.

Keywords: Wildlife; Rural women; Release; Territorial development; Environmental policies; Environmental conservation.

1. INTRODUÇÃO

O tráfico de animais silvestres é amplamente reconhecido como uma das principais causas de perda de biodiversidade em escala global (Lacava, 2000; Magalhães, 2002), figurando ao lado do desmatamento, da fragmentação de habitats e das mudanças climáticas como um dos mais relevantes vetores de extinção de espécies (Pereira & Brito, 2005; Vilela, 2012). Seus efeitos extrapolam a supressão direta de populações animais, uma vez que comprometem processos ecológicos fundamentais, como a polinização, a dispersão de sementes e a manutenção da dinâmica funcional dos ecossistemas, com impactos duradouros sobre a estrutura e a resiliência dos ambientes naturais (Sick, 1997; Galetti & Dirzo, 2013).

Trata-se de uma atividade ilícita sustentada, sobretudo, pela captura e comercialização de animais destinados à criação doméstica, prática historicamente naturalizada em distintos contextos socioculturais brasileiros (Sachs, 2002; Alves et al., 2012; Souto et al., 2017; Saldanha e Peixoto, 2021). Para além dos prejuízos ambientais, o tráfico de fauna produz efeitos econômicos negativos, ao operar à margem da legalidade, sem arrecadação tributária ou geração de empregos formais, e constitui um grave problema de saúde pública, em função do risco de disseminação de zoonoses e enfermidades que afetam tanto populações humanas quanto sistemas produtivos agropecuários (Nunes, 2010; Regueira & Bernard, 2012).

No Brasil, segundo dados apresentados pela Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RENCTAS), referente ao ano de 2001, estima-se que aproximadamente 38 milhões de espécimes da fauna silvestre sejam retirados anualmente de seus ecossistemas naturais, alimentando um mercado ilegal de grandes proporções, voltado tanto ao consumo interno quanto à exportação (Renctas, 2001). Esse cenário evidencia não apenas fragilidades





na fiscalização e no cumprimento da legislação ambiental (Lacava, 2000; Magalhães, 2002), mas também uma percepção social ainda limitada acerca das implicações éticas, ecológicas e sanitárias associadas à posse ilegal de animais silvestres (Novaes & Souza, 2013; Alves et al., 2012).

Essas problemáticas assumem contornos ainda mais complexos quando observadas em biomas historicamente marginalizados no planejamento ambiental e no desenho das políticas públicas, como a Caatinga. Único bioma exclusivamente brasileiro, a Caatinga foi, ao longo do tempo, marcada por processos de degradação ambiental, exploração predatória e invisibilização científica e institucional, frequentemente associada a narrativas de escassez e inviabilidade produtiva. Tal abordagem desconsidera sua elevada biodiversidade, seu expressivo grau de endemismo e a diversidade de povos e práticas socioculturais que historicamente construíram formas de convivência com o semiárido.

Muito embora exista uma pulverização do processo de captura e comercialização ilegal da fauna silvestre e seus subprodutos (Saldanha e Peixoto, 2021, Felix, 2010). Assim, nota-se que no Brasil, a Região Nordeste é o local com maior incidência desse tipo de comércio ilegal” (Saldanha e Peixoto, 2021).

Apesar do reconhecimento crescente da importância ecológica e social da Caatinga, ainda são incipientes os estudos que analisam, de forma integrada, experiências territoriais capazes de articular conservação da biodiversidade (Leal et al., 2015) enfrentamento ao tráfico de fauna, desenvolvimento sustentável e inclusão social (Sabourin, 2009). Em especial, permanecem pouco exploradas as iniciativas locais que associam recuperação ecológica, participação comunitária e valorização dos saberes tradicionais como estratégias de resistência e reexistência no Semiárido brasileiro.

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira iniciativas socioambientais territorializadas no bioma Caatinga podem contribuir para o enfrentamento do tráfico de animais silvestres, promovendo simultaneamente a recuperação ecológica, a justiça social e o desenvolvimento territorial sustentável? Assim, o objetivo deste trabalho é caracterizar e analisar a atuação do Instituto Socioambiental da Serra





Grande (ISASG), localizado no município de Serra Talhada (PE), como uma experiência empírica de integração entre conservação ambiental, inclusão social e valorização da sociobiodiversidade, discutindo seus aportes para o aprimoramento das políticas públicas ambientais e territoriais no Semiárido brasileiro.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualiquantitativa, de natureza exploratória, descritiva e analítica, fundamentada nos pressupostos metodológicos de Lakatos (2021), Gil (2019), Minayo (2017) e Marconi e Lakatos (2003). A opção por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, de forma integrada, tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos relacionados às práticas socioambientais desenvolvidas no território estudado, articulando dados empíricos, análise documental e interpretação crítica dos processos sociais e ecológicos envolvidos.

Do ponto de vista qualitativo, a pesquisa busca conhecer os sentidos, as práticas e as estratégias institucionais associadas à conservação ambiental, ao enfrentamento indireto do tráfico de fauna e ao desenvolvimento territorial sustentável no bioma Caatinga. Já a dimensão quantitativa contribui para a sistematização de informações relacionadas à extensão territorial, às ações de reflorestamento, ao número de espécies reintroduzidas e às iniciativas produtivas desenvolvidas no âmbito do ISASG, possibilitando uma leitura mais objetiva da escala e do alcance das intervenções analisadas.

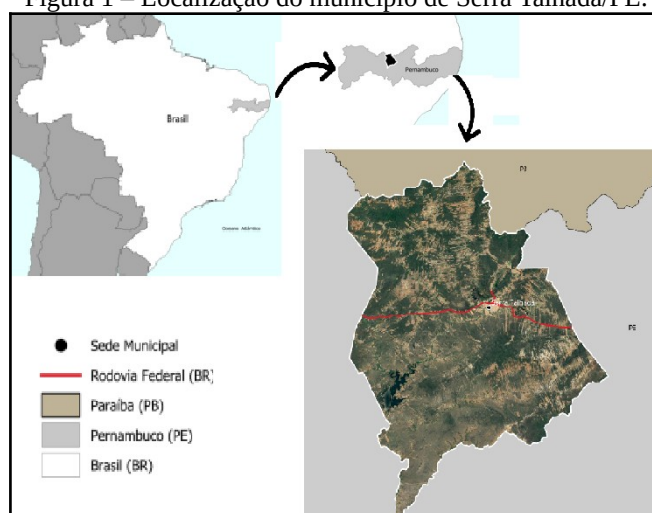
O estudo apresenta caráter exploratório, uma vez que, a relevância de ações desenvolvidas pela ISASG, investiga uma experiência territorial ainda pouco sistematizada na literatura científica, especialmente no que se refere à integração entre conservação da fauna silvestre, participação comunitária e políticas públicas no Semiárido (Leal et al., 2015). Simultaneamente, assume caráter descritivo ao detalhar as características institucionais, ambientais e socioeconômicas do ISASG e do território em que está inserido, e analítico ao interpretar tais elementos à luz do referencial teórico adotado.





O locus da pesquisa é o ISASG, localizado no município de Serra Talhada, Sertão do Pajeú, estado de Pernambuco, entre as comunidades rurais de Barreiros e Santana (Figura 1). O instituto tem sede localizada nas coordenadas geográficas latitude 8°5'55 66"S e longitude 38°4'39 70"O. Ocupando uma área superior a 800 hectares, integralmente inserida no bioma Caatinga, constituindo-se como espaço estratégico para ações de recuperação ambiental, pesquisa aplicada e desenvolvimento comunitário.

Figura 1 – Localização do município de Serra Talhada/PE.



Fonte: Autor (2025)

O município de Serra Talhada situa-se no semiárido pernambucano e apresenta clima semiárido quente, caracterizado por elevadas temperaturas médias anuais, baixa e irregular pluviosidade, concentrada em poucos meses do ano, e longos períodos de estiagem. Essas condições climáticas impõem limitações significativas às atividades agrícolas convencionais, ao mesmo tempo em que evidenciam a importância de estratégias produtivas adaptadas às condições edafoclimáticas locais, como aquelas baseadas na agroecologia, no uso sustentável da biodiversidade da Caatinga e na convivência com o semiárido.

A caracterização do território considerou aspectos físicos, ambientais e socioeconômicos, incluindo o histórico de uso e ocupação do solo, os processos de degradação ambiental e as iniciativas de recuperação ecológica em curso. Nesse contexto, o



ISASG (Figura 2), configura-se como uma experiência singular de reorientação do uso da terra, associando reflorestamento com espécies nativas, recuperação da fauna silvestre por meio da gestão de Área de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) e Área de Soltura e Monitoramento de Fauna Silvestre (ASMFS), ações de educação ambiental e fortalecimento de iniciativas produtivas de base comunitária.

Figura 2 – Vista da Sede do Instituto Socioambiental da Serra Grande, Serra Talhada - PE.



Fonte: ISASG (2025)

Os procedimentos metodológicos incluíram: (i) revisão bibliográfica sistemática sobre tráfico de fauna, conservação ambiental, Caatinga, políticas públicas e desenvolvimento territorial; (ii) análise documental de normativas legais, relatórios institucionais e registros técnicos relacionados às ações do ISASG; (iii) sistematização de informações quantitativas e qualitativas fornecidas pela instituição e por parceiros acadêmicos e institucionais e (iv) realização de visita de campo e entrevista semiestruturadas. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando articular os resultados empíricos com os referenciais teóricos da agroecologia, da educação ambiental crítica e do desenvolvimento territorial sustentável.

Essa estratégia metodológica permitiu compreender o ISASG não apenas como um objeto empírico isolado, mas como uma experiência territorial situada, capaz de revelar desafios, potencialidades e aprendizados relevantes para o aprimoramento das políticas



públicas ambientais e de desenvolvimento no bioma Caatinga e no Semiárido brasileiro.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Caatinga ocupa cerca de 862.818 km², correspondendo a aproximadamente 10% do território nacional (IBGE, 2019), constituindo-se como um dos biomas mais singulares do Brasil, marcado por elevada biodiversidade, alto grau de endemismo e complexas interações ecológicas. Apesar dessa relevância, durante grande parte da história dos estudos ambientais e do planejamento estatal, o bioma foi interpretado sob uma perspectiva reducionista, associada à escassez hídrica, ao atraso econômico e à inviabilidade produtiva. Essa leitura foi consolidada por abordagens desenvolvimentistas que desconsideraram as especificidades ecológicas, climáticas e socioculturais do Semiárido brasileiro, impondo modelos exógenos de ocupação e uso do território (Moreira, 2000; Sá et al., 2024; Palheta et al., 2025).

Nas últimas décadas, o avanço das pesquisas socioambientais passou a questionar essa interpretação hegemônica, evidenciando que a problemática da Caatinga decorre menos de suas condições naturais e mais das formas históricas de apropriação da natureza e das relações assimétricas entre sociedade e ambiente. Sá et al. (2024) destacam que a crise ambiental contemporânea configura-se como uma crise sistêmica nas relações sociedade-natureza, marcada por padrões insustentáveis de produção, consumo e governança ambiental. Nos biomas secos, como a Caatinga, essa crise é intensificada por políticas públicas fragmentadas, descontinuadas e desarticuladas das realidades territoriais, resultando na fragilidade das ações de conservação e na ausência de estratégias estruturantes de desenvolvimento territorial sustentável (Leal et al., 2015).

Diante desse cenário, torna-se essencial reconhecer experiências locais fundamentadas na convivência com o Semiárido, na agroecologia e na valorização da sociobiodiversidade. A sustentabilidade na Caatinga não depende da negação de suas condições ambientais, mas do reconhecimento de suas potencialidades ecológicas, culturais e produtivas (Caporal e Costabeber, 2002; Abramovay, 2012). Como argumentam Graziano (2013) e Abramovay





(2000), o desenvolvimento sustentável no Semiárido exige modelos territorializados, orientados pela justiça social e ambiental.

Nesse contexto, a atuação do Instituto Socioambiental da Serra Grande (ISASG) pode ser compreendida à luz da pedagogia freireana, uma vez que suas práticas se estruturam no diálogo, na valorização dos saberes populares e na construção coletiva do conhecimento (Freire, 2013). Para Paulo Freire (1996), não há transformação social sem educação crítica, assim como não há educação crítica desvinculada do território vivido. A educação ambiental promovida pelo Instituto ultrapassa uma abordagem informativa, configurando-se como processo de conscientização ecológica e política, no qual os sujeitos se reconhecem como protagonistas da transformação de sua própria realidade (Freire, 1996, 2013).

A reflexão de Krenak (2019; 2020) aprofunda essa análise ao compreender a crise ambiental como crise civilizatória, marcada pela ruptura entre humanidade e natureza. Ao propor a ideia de “adiar o fim do mundo”, o autor convoca à reconstrução de vínculos éticos com os territórios e com os demais seres vivos. Sob essa perspectiva, o processo de “recaatingamento” desenvolvido pelo ISASG pode ser interpretado como prática de reexistência territorial, articulando restauração da flora e da fauna à reconstrução de identidades e sentidos historicamente marginalizados. De modo convergente, Boff (2012) propõe a ética do cuidado como fundamento de uma ecologia integral, reconhecendo a interdependência entre sistemas ecológicos e sociais.

As ações do Instituto voltadas à recuperação da fauna silvestre, à gestão de ASAS e ASMFS e à valorização produtiva da Caatinga expressam concretamente essa ética do cuidado. A reintrodução de animais vítimas do tráfico, realizada em cooperação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), evidencia uma compreensão ampliada da conservação, que reconhece a fauna como elemento fundamental para a manutenção dos ciclos ecológicos (Krenak, 2019).

A Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 13 de maio de 2021, ao regulamentar o cadastro e a operação das ASAS e ASMFS (Figura 3), representa avanço normativo ao





reconhecer formalmente esses espaços (BRASIL, 2021). Contudo, ainda apresenta limitações quanto à avaliação estrutural e funcional das áreas e à definição de critérios ecológicos mais consistentes para reintrodução de espécies, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais sensíveis às dinâmicas territoriais.

Figura 3 – Ação de soltura de aves capturadas por agentes da SDS, no local estudo.



Fonte: ISASG (2025)

No campo socioeconômico, o grupo Sabores da Caatinga, composto por mulheres das comunidades de Barreiros e Santana, articula princípios da economia solidária, da agroecologia e da valorização da sociobiodiversidade, promovendo agregação de valor aos frutos nativos. A iniciativa fortalece a autonomia econômica feminina, contribui para a justiça de gênero e reforça a conservação ambiental (Leal et al., 2015). O empoderamento feminino, conforme León et al. (2011) e Bonet et al. (2004), manifesta-se na ampliação da consciência crítica, no acesso a políticas públicas e na participação em espaços de decisão coletiva (Sachs, 2002; Maluf, 2007).

A parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) reforça o papel da ciência contextualizada no Semiárido. Experimentos com cultivo de caju em regime de sequeiro, avaliando mitigadores do estresse hídrico e melhorias nos atributos químicos do solo, contribuem para o desenvolvimento de tecnologias socialmente apropriadas às condições da Caatinga, dialogando com a crítica freireana à ciência descolada da realidade social (Freire,



2013).

No plano internacional, o Brasil é signatário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), promulgada pelo Decreto nº 2.652/1998 (BRASIL, 1998), cujo objetivo central é mitigar interferências antrópicas no sistema climático. Essa agenda converge com os princípios da bioeconomia, economia circular e soluções baseadas na natureza, que buscam conciliar desenvolvimento econômico e resiliência ecológica.

Como argumenta Abramovay (2012), a transição para uma economia orientada pelo conhecimento da natureza exige repactuação das formas de apropriação dos recursos naturais, superando a lógica de conversão intensiva dos ecossistemas em commodities. A economia verde demanda transformação estrutural que envolve dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas, valorizando saberes locais e experiências comunitárias.

Nesse marco, as ações do ISASG articulam dimensões socioeconômicas, ambientais e de gênero, evidenciando o protagonismo das mulheres rurais na construção de alternativas sustentáveis. As iniciativas ultrapassam o beneficiamento de frutos nativos, promovendo agregação de valor à biodiversidade, comercialização direta e fortalecimento de circuitos curtos de mercado (Sachs, 2002; Maluf, 2007). Tais estratégias ampliam a autonomia econômica das agricultoras, reduzem a dependência de intermediários e fortalecem redes solidárias.

Apesar dos avanços, permanecem lacunas relevantes para futuras investigações, especialmente quanto à mensuração dos impactos de longo prazo sobre a autonomia das mulheres, à análise interseccional das desigualdades e à efetividade das políticas públicas no fortalecimento da agricultura familiar agroecológica (Sachs, 2002). O aprofundamento dessas dimensões poderá contribuir para a formulação de estratégias mais integradas, inclusivas e territorializadas.

Assim, a experiência analisada demonstra que a conservação da Caatinga e a promoção do desenvolvimento sustentável não se fundamentam na negação das condições do Semiárido, mas na construção de modelos territorializados que integrem justiça social, valorização cultural e resiliência ecológica.





4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo informações da Diretoria do Instituto Socioambiental da Serra Grande (ISASG), a área se encontra implantada em terras pertencentes à fazenda Santana dos Barreiros, uma propriedade adquirida pelos ancestrais do atual presidente da organização no ano de 1843. Sendo estabelecida no distrito de Caiçarinha da Penha, zona rural do município de Serra Talhada, no Estado de Pernambuco, limítrofe entre os municípios de Serra Talhada, Betânia e Calumbi, no Sertão pernambucano.

A propriedade situa-se em um território de elevada singularidade geográfica, inserida entre duas cadeias montanhosas, a Serra de São Caetano de Betânia e a Serra Grande, o que lhe confere características ambientais, geomorfológicas e paisagísticas específicas, fundamentais para a compreensão de suas dinâmicas socioambientais e cultural.

No início do século XX, em função de sua localização estratégica, do relevo acidentado e do difícil acesso, essa região rochosa assumiu papel relevante na história do sertão pernambucano, ao servir como refúgio natural para Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, e os integrantes do cangaço. O território foi cenário da denominada “Batalha da Serra Grande”, considerada um dos confrontos mais emblemáticos desse período histórico (De Sá, 2018), consolidando sua importância na memória social e histórica regional.

A partir da segunda metade do século XX, o território passou a adquirir centralidade produtiva distinta, associada às suas condições edáficas locais, caracterizadas pela presença de solos sedimentares profundos e relativamente férteis. Nesse contexto, a região consolidou-se como um importante polo agrícola, conhecido como “areal”, com destaque para o cultivo de raízes tuberosas, como a macaxeira (*Manihot esculenta*) e a batata-doce (*Ipomoea batatas*), além de culturas temporárias de grãos, como o feijão (*Phaseolus vulgaris*) e o milho (*Zea mays*). Essas atividades desempenharam papel central na subsistência das famílias agricultoras e na dinâmica econômica local.

Com o avanço do êxodo rural e, posteriormente, com o movimento de retorno ao campo, motivado pela busca por melhores condições de vida, bem-estar e reconexão com a





natureza, o território passou a assumir novos significados sociais, simbólicos e territoriais. Tal processo insere-se na perspectiva do chamado “novo rural”, conforme definido por Graziano da Silva (2013), no qual o espaço rural deixa de ser compreendido exclusivamente como área de produção agropecuária, passando a incorporar funções associadas à moradia, ao lazer, à conservação ambiental e à prestação de serviços.

É nesse contexto histórico, ambiental e socioterritorial que se insere a implantação da sede do ISASG, a qual não se configura como um evento fortuito, mas como resultado de uma escolha política, simbólica e estratégica. Ao se estabelecer em um território marcado pela memória do cangaço, pela tradição da agricultura familiar e pelas dinâmicas contemporâneas do novo rural, o Instituto reafirma sua missão institucional de promover a conservação socioambiental de forma integrada ao fortalecimento das comunidades locais, com especial atenção às mulheres trabalhadoras rurais.

A atuação do ISASG fundamenta-se na compreensão do território como um espaço vivo e historicamente construído, no qual natureza, cultura, memória, saberes e modos de vida se inter-relacionam. Nessa perspectiva, o Instituto desenvolve ações voltadas à conservação da biodiversidade da Caatinga, à valorização dos saberes tradicionais, à educação socioambiental e ao estímulo a práticas produtivas sustentáveis e emancipadoras, articulando proteção ambiental, geração de renda, inclusão social e equidade de gênero.

Assim, dialoga com os princípios do novo rural, onde o ISASG contribui para a ressignificação do espaço rural como lugar de pertencimento, soberania popular, inovação social e cuidado com a natureza, promovendo iniciativas em agroecologia, turismo de base comunitária, preservação do patrimônio natural e histórico e formação cidadã.

A experiência desenvolvida pelo ISASG, configura-se, assim, como um exemplo concreto de desenvolvimento territorial sustentável ancorado nas especificidades socioeconômicas e ambientais do bioma Caatinga. Inserido em uma área superior a 800 hectares integralmente localizada nesse bioma exclusivamente brasileiro, o Instituto materializa uma abordagem que rompe com leituras reducionistas do Semiárido como espaço de escassez e improdutividade, reafirmando-o como território de potência ambiental, cultural,





social e ecológica.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas evidenciam que a proteção e a restauração da Caatinga, bioma que abriga elevados índices de endemismo, conforme destacam Sá et al. (2024), que extrapolam a conservação de espécies, ao promoverem a reativação de funções ecossistêmicas essenciais, como a polinização, a dispersão de sementes e o equilíbrio trófico. O processo de “recaatingamento”, resultante da integração entre recuperação da flora e reintrodução da fauna, reforça a compreensão da conservação como um processo dinâmico, relacional e territorializado.

Essa concepção manifesta-se de forma concreta na reorientação do uso da terra no âmbito do ISASG, em consonância com a ética do cuidado formulada por Leonardo Boff (2012), segundo a qual a relação sociedade-natureza deve ser reorganizada a partir do reconhecimento da terra como um sistema vivo e interdependente. Áreas historicamente submetidas a práticas agrícolas convencionais, responsáveis por compactação, erosão, lixiviação, salinização do solo e perda da cobertura vegetal, passam a ser manejadas com base em princípios agroecológicos voltados à regeneração dos ciclos naturais. O cuidado com o solo, a água, a fauna e a flora assume, assim, não apenas um caráter técnico, mas ético e político.

No campo da recuperação da fauna silvestre, a atuação do ISASG foi inicialmente reconhecida pela Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH) como uma Autorização de Supressão de Vegetação Nativa para Fragmento Florestal (ASMFS), em 02 de janeiro de 2023, mediante o deferimento do Protocolo CPRH nº 002697/2021. Por sua vez, em 03 de outubro de 2025, a organização foi aprovada e cadastrada pelo IBAMA como ASAS mediante processo administrativo nº 02019.001917/2024-33, nos termos da Instrução Normativa do IBAMA nº 5, de 13 de maio de 2021, conforme consta na declaração de cadastramento de ASAS, SEI nº 24846620 (CPRH, 2021).

Superados os trâmites administrativos e legais, as parcerias institucionais tornaram-se efetivas, possibilitando que as intervenções desenvolvidas pelo instituto, por meio da gestão da ASAS e da ASMFS, passassem a ser realizadas em cooperação com o IBAMA, a CPRH, a





Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA) de Serra Talhada, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Secretaria de Defesa Social (SDS) de Pernambuco.

Essas instituições realizavam o resgate de espécimes da fauna silvestre mantidos em cativeiro e os encaminhavam ao ISASG para os devidos procedimentos técnicos de triagem, reabilitação e posterior reintrodução dos espécimes da fauna silvestre na natureza. Destacam-se ainda casos pontuais, como a soltura de 28 caititus (*Dicotyles tajacu*), oriundos do Zoológico de Aracaju, no estado de Sergipe.

Tais ações potencializaram as contribuições ao processo de restabelecimento das funções ecológicas da Caatinga na região, ao mesmo tempo em que fortaleceram a resiliência dos ecossistemas locais, promovendo a recomposição de cadeias tróficas, a dispersão de sementes e o equilíbrio das dinâmicas ambientais no semiárido.

Essa junção de esforços permitiu que em um período de cinco anos, ocorresse a reintrodução ou soltura de mais de duas mil espécime, sendo que só através do Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetras) Tangará, fosse realizado a reintrodução de 1.641 exemplares (Tabela 01). Os números evidenciam o potencial dessa estratégia, ao mesmo tempo em que revela limites institucionais, especialmente relacionados às fragilidades da IN IBAMA nº 5/2021, indicando a necessidade de instrumentos normativos mais sensíveis às especificidades ecológicas e socioterritoriais do Semiárido.

Tabela 01. Checklist de nomes populares e científicos de animais oriundos da Cetras Tangará soltos no ISASG (ano 2021-2026), Serra Talhada, PE.

ANIMAIS REINTRODUZIDOS NA NATUREZA PELO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA GRANDE							
NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	ANO					
		2021	2022	2023	2024	2025	2026
AVES							
Asa Branca	<i>Patagioenas picazuro</i>	0	1	0	0	0	0
Asa de Telha Pálida	<i>Agelaioides fringillarius</i>	0	0	0	0	0	1
Azulão	<i>Cyanocompsa</i>	16	7	6	7	8	1



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



	<i>brissonii</i>						
Bem-te-vi	<i>Pitangus sulphuratus</i>	0	0	1	0	0	0
Bico de Pimenta	<i>Saltator fuliginosus</i>	0	0	0	0	0	1
Bigode	<i>Sporophila lineola</i>	8	1	2	4	0	0
Caboclinho	<i>Sporophila bouvreuil</i>	4	1	0	0	3	0
Canário da Terra	<i>Sicalis flaveola</i>	23	8	74	5	40	15
Canário-Típio	<i>Sicalis luteola</i>	4	2	1	4	1	2
Canção	<i>Cyanocorax cyanopogon</i>	2	0	0	0	2	0
Concriz	<i>Icterus jamacaii</i>	3	5	2	16	6	3
Cravina	<i>Coryphospingus pileatus</i>	7	0	11	6	2	5
Encontro de Prata	<i>Tachyphonus rufus</i>	0	0	0	0	0	1
Estevão	<i>Saltator similis</i>	0	2	2	5	4	3
Galo de Campina	<i>Paroaria dominicana</i>	62	11	26	28	91	49
Garibaldi	<i>Chrysomus ruficapillus</i>	5	2	0	2	0	1
Graúna	<i>Gnorimopsar chopi</i>	0	1	1	2	0	1
Jandaia Gangarra	<i>Eupsittula cactorum</i>	0	13	0	0	0	0
Papa Arroz	<i>Molothrus bonariensis</i>	0	0	2	0	0	0
Papa Capim	<i>Sporophila nigricollis</i>	77	26	52	19	49	9
Patativa	<i>Sporophila plumbea</i>	24	12	21	47	22	27
Periquito da Caatinga	<i>Eupsittula cactorum</i>	0	0	0	15	0	0
Rolinha Caldo de Feijão	<i>Columbina talpacoti</i>	2	4	0	0	1	2
Rolinha Cascavel	<i>Columbina squammata</i>	2	0	0	0	0	0
Rolinha Cinzenta	<i>Columbina picui</i>	1	1	0	0	0	0
Sabiá Branca	<i>Turdus amaurochalinus</i>	2	6	3	0	0	0
Sabiá do Campo	<i>Mimus saturninus</i>	1	0	0	0	0	0

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.3 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



Sabiá Laranjeira	<i>Turdus rufiventris</i>	11	3	2	1	7	0
Saíra Amarela	<i>Stilpnia cayana</i>	0	0	1	0	2	0
Sanhaçu Cinzento	<i>Thraupis sayaca</i>	3	4	6	0	8	3
Sanhaçu de Coqueiro	<i>Thraupis palmarum</i>	1	0	0	0	0	0
Sibito	<i>Coereba flaveola</i>	18	2	1	5	0	1
Tico-Tico	<i>Zonotrichia capensis</i>	24	5	11	31	6	1
Tiziu	<i>Volatinia jacarina</i>	7	0	2	0	3	2
Tuim	<i>Forpus xanthopterygius</i>	8	0	0	0	0	2
Xexéu de Bananeira	<i>Icterus pyrrhopterus</i>	0	0	0	1	0	2
MAMÍFEROS							
Mocó	<i>Kerodon rupestris</i>	5	0	0	0	0	0
Tatu Galinha	<i>Dasypus novemcinctus</i>	0	0	0	2	0	0
Tatu Peba	<i>Euphractus sexcinctus</i>	0	0	0	0	0	1
RÉPTEIS							
Cascavel	<i>Crotalus durissus</i>	8	0	0	2	1	0
Iguana	<i>Iguana iguana</i>	0	0	0	0	1	0
Jabuti	<i>Chelonoidis carbonaria</i>	0	48	0	166	162	0
Salamandra da Caatinga	<i>Epicrates assisi</i>	0	0	0	0	0	1
TOTAL POR ANO		328	165	227	368	419	134

Fonte: CETRAS TANGARÁ (2026)

Quanto ao número de reintrodução, percebe-se elevado número em 2025 (Figura 4), além disso, os dados levantados junto a Cetras Tangará, no período de 2021 a 2026, percebe-se que o ISASG realizou a reintrodução de 1.641 indivíduos na natureza, abrangendo aves (1244), mamíferos (08) e répteis (389). Dentre os exemplares soltos, observou-se predominância de aves passeriformes granívoras, especialmente representantes dos gêneros *Sporophila* e *Sicalis*, grupos historicamente associados à pressão do tráfico de fauna silvestre no semiárido nordestino.

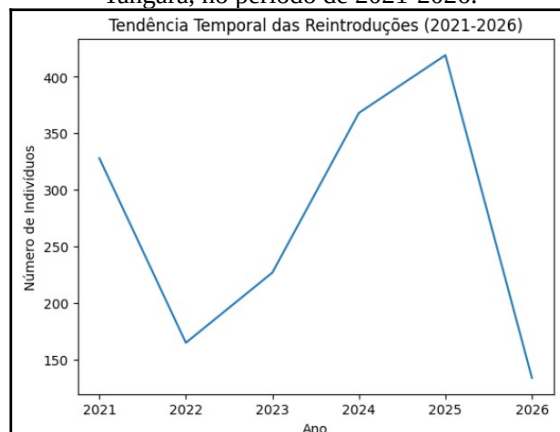
Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.3 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





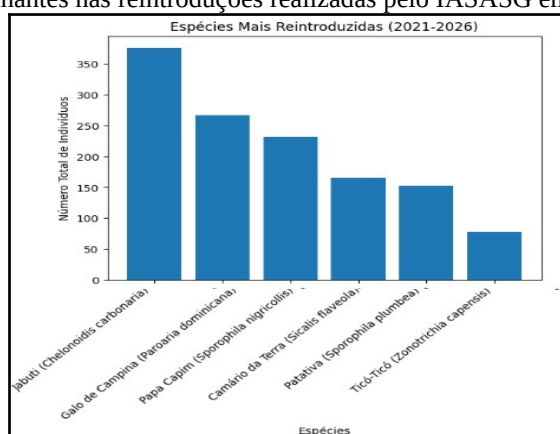
Figura 4 – Vista geral do número de reintrodução de espécimes realizadas pelo IASASG em ação com a Cetras Tangará, no período de 2021-2026.



Fonte: CETRAS TANGARÁ (2026)

A análise quantitativa demonstra concentração expressiva das reintroduções em poucas espécies (Figura 5). Destaca-se o Jabuti (*Chelonoidis carbonaria*), com 376 indivíduos reintroduzidos (22,9% do total), seguido pelo Galo de Campina (*Paroaria dominicana*), com 267 indivíduos (16,3%). Também apresentaram participação relevante o Papa-Capim (*Sporophila nigricollis*) (232 indivíduos; 14,1%), o Canário-da-Terra (*Sicalis flaveola*) (165; 10,1%), a Patativa (*Sporophila plumbea*) (153; 9,3%) e o Ticó-Ticó *Zonotrichia capensis*) (78; 4,8%).

Figura 5 – Espécimes dominantes nas reintroduções realizadas pelo IASASG em ação com a Cetras Tangará.



Fonte: CETRAS TANGARÁ (2026)

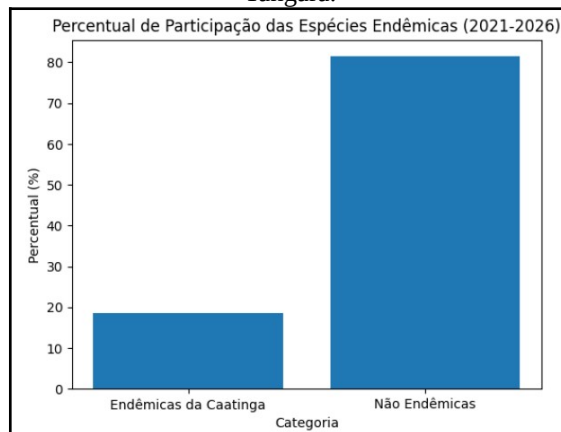


Essas seis espécies concentraram aproximadamente 77,5% de todas as reintroduções realizadas, evidenciando padrão de dominância numérica e refletindo, em grande medida, o perfil das apreensões realizadas por órgãos ambientais parceiros.

O número expressivo de jabutis (*Chelonoidis carbonaria*) reintroduzidos, sobretudo nos anos de 2024 e 2025, indica a consolidação de protocolos específicos de reabilitação de quelônios terrestres, ampliando a atuação institucional para além das aves, tradicionalmente mais representadas em centros de triagem.

Percebe-se ainda (Figura 6), a partir do total de indivíduos reintroduzidos, 305 pertencem as espécies endêmicas da Caatinga, correspondendo a 18,59% do total geral, enquanto 81,41% referem-se a espécies de distribuição mais ampla. Esse resultado indica que aproximadamente um em cada cinco indivíduos reintroduzidos é exclusivo do bioma Caatinga, conferindo relevância biogeográfica às ações desenvolvidas.

Figura 6 – Percentual da quantidade de espécies nativas e endêmicas soltas pelo ISASG em ação com a Cetras Tangara.



Fonte: CETRAS TANGARA (2026)

Entre as espécies endêmicas mais representativas destaca-se o Galo de Campina (*Paroaria dominicana*), com 267 indivíduos, constituindo a principal contribuição entre os táxons restritos ao bioma. Em seguida, foram registrados 28 indivíduos de Jandaia Gangarra (*Eupsittula cactorum*), além de menores contingentes do Mocó (*Kerodon rupestris*) (05



indivíduos), do Cancão (*Cyanocorax cyanopogon*) (04 indivíduos) e da Salamandra da Caatinga (*Epicrates assisi*) (01 indivíduo).

Embora numericamente inferiores, as reintroduções de mamíferos e répteis endêmicos apresentam elevado valor estratégico, considerando que espécies de distribuição restrita tendem a maior vulnerabilidade a distúrbios ambientais e apresentam, em muitos casos, menor taxa reprodutiva quando comparadas às aves passeriformes.

A predominância de passeriformes canoros que apresentam cantos harmoniosos como (*Sicalis flaveola*) e (*Sicalis luteola*) nas devoluções de espécimes à vida silvestre reflete o padrão histórico de captura ilegal para comercialização. O elevado número de indivíduos de Galo de Campina (*Paroaria dominicana*) e Papa-Capim (*Sporophila nigricollis*) indica forte pressão antrópica sobre essas populações, mas também evidencia a capacidade operacional do instituto em promover reabilitação e reinserção em escala significativa.

Do ponto de vista funcional, essas espécies desempenham papel relevante na dinâmica ecológica da Caatinga, especialmente na dispersão de sementes, no controle de insetos e na manutenção das cadeias tróficas associadas a ambientes abertos e arbustivos.

O destaque quantitativo do Jabuti (*Chelonoidis carbonaria*) reforça a importância ecológica dos répteis terrestres na restauração de áreas degradadas. Como espécie predominantemente herbívora e frugívora, contribui para a ciclagem de nutrientes e dispersão de sementes, favorecendo processos naturais de regeneração vegetal.

A participação de 18,59% de espécies endêmicas nas solturas possui significado ecológico ampliado, pois tais espécies são determinantes para a manutenção da identidade biogeográfica da Caatinga. A reintrodução desses táxons contribui para: Reforço populacional de espécies com distribuição restrita; Restabelecimento de interações ecológicas específicas do bioma; Manutenção da diversidade genética regional; Redução de riscos de erosão genética e extinções locais.

Entretanto, a concentração das solturas em número reduzido de espécies sugere a necessidade de ampliação da diversidade taxonômica contemplada nos programas de reintrodução, associada à implementação de monitoramento pós-soltura para avaliação de





sobrevivência, dispersão e sucesso reprodutivo.

Destaca-se o estudo quanto à avaliação da composição da avifauna local e sua relação com as ações de reintrodução conduzidas pelo ISASG, com professores e estudantes da UAST/UFRPE, no âmbito da disciplina Biogeografia e Conservação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação, que inventariaram espécies de aves existentes na área do ISASG, analisadas em dois períodos distintos, nos meses de março e junho de 2025, contemplando amostragens em diferentes condições sazonais.

Nota-se que durante o esforço amostral foram registradas 43 espécies distribuídas em 24 famílias, evidenciando uma diversidade representativa para áreas de Caatinga arbustivo-arbórea. Com isso, entre as espécies registradas destacam-se táxons típicos e endêmicos do referido bioma, como: bacurau (*Nyctidromus albicollis*), Periquito-da-caatinga (*Eupsittula cactorum*), formigueiro-de-barriga-preta (*Formicivora melanogaster*), casaca-de-couro-do-sertão (*Pseudoseisura cristata*), galo-de-campina (*Paroaria dominicana*) e xofreu (*Icterus jamacaii*).

Com base acima, percebe-se que a composição observada se mostra coerente com a fitofisionomia predominante da área, caracterizada por mosaico arbustivo-arbóreo, mesmo considerando a altitude relativamente elevada em comparação ao entorno regional, fator que pode influenciar microclima e estrutura de comunidade.

A análise comparativa entre os dados do inventário e a planilha de reintrodução de fauna revelou convergência significativa entre espécies reintroduzidas e aquelas efetivamente registradas em campo. Espécies com elevado número de devoluções à vida silvestre, como galo-de-campina (*Paroaria dominicana*), canário-da-terra (*Sicalis flaveola*), golinha ou Patativa (*Sporophila albogularis*), tico-tico (*Coryphospingus pileatus*), periquito-da-caatinga (*Eupsittula cactorum*) e sofreu ou xofreu (*Icterus jamacaii*), também foram registradas durante o levantamento. Essa sobreposição sugere que as áreas de soltura apresentam condições ecológicas adequadas à manutenção dessas populações, indicando disponibilidade de recursos alimentares, abrigo e sítios reprodutivos compatíveis com suas exigências ecológicas.





A predominância de passeriformes granívoros na planilha de reintrodução, especialmente representantes dos gêneros *Sporophila*, *Sicalis* e *Paroaria*, corresponde à estrutura trófica típica da avifauna da Caatinga que devido aos seus cantos e plumagens vistosas, são frequentemente criados como aves de estimação sendo alvos de tráfico.

Nota-se que o inventário de campo confirmou alta representatividade de famílias como Thraupidae, Icteridae e Passerellida, que agrupam a espécies adaptadas a vegetação seca ou semiárida, reforçando que as ações de reinserção ou soltura não introduzem elementos exógenos ao sistema, mas potencialmente fortalecem componentes já estruturantes da comunidade local. Tal padrão sugere que o tráfico de fauna incide seletivamente sobre espécies abundantes e culturalmente valorizadas pelo canto, e que os programas de reintrodução contribuem para mitigar parcialmente esse impacto.

No que se refere às espécies endêmicas, os dados da planilha indicam que 18,59% dos indivíduos reintroduzidos pertencem a táxons exclusivos da Caatinga. O inventário também registrou espécies endêmicas ou fortemente associadas ao bioma, como *Pseudoseisura cristata*, *Formicivora melanogaster* e *Cyanocorax cyanopogon*. Essa convergência reforça o papel estratégico do instituto na conservação da identidade biogeográfica regional, atuando simultaneamente como área de soltura, refúgio ecológico e núcleo de conservação in situ. A manutenção dessas espécies na área sugere integridade estrutural do habitat, especialmente nas formações arbustivo-arbóreas e áreas de transição.

Embora os resultados indiquem forte correspondência entre espécies reintroduzidas e registradas, a ausência de monitoramento sistemático pós-soltura limita inferências conclusivas sobre sucesso reprodutivo e estabelecimento populacional de longo prazo. Ainda assim, a coincidência taxonômica e funcional entre os conjuntos de dados aponta para elevada probabilidade de sobrevivência inicial e integração ecológica. Para robustecer essa hipótese, o recomendado seria a implementação de estudos de marcação e recaptura, monitoramento populacional continuado e análises genéticas comparativas, permitindo avaliar fluxo gênico e estrutura populacional.

De forma integrada, os resultados demonstram que o ISASG apresenta condições

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.3 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





ambientais compatíveis com a manutenção das espécies reintroduzidas e que as ações desenvolvidas contribuem para o reforço de populações nativas, inclusive endêmicas. A convergência entre inventário e registros de soltura indica que o instituto transcende a função de centro de reabilitação, configurando-se como área estratégica de conservação, pesquisa aplicada e restauração ecológica na Caatinga.

De forma complementar, as ações de restauração ecológica e soberania alimentar ganham materialidade o viveiro mantido pelo ISASG, com aproximadamente 26 mil mudas de espécies nativas, incluindo frutíferas e cactáceas (Figura 7). Essa iniciativa demonstra a viabilidade de integrar conservação ambiental e produção de alimentos adaptados às condições edafoclimáticas locais, fortalecendo a autonomia produtiva e reduzindo a dependência de insumos externos.

Figura 7 – Viveiro de plantas típicas da Caatinga produzidas pelo IASAG, Serra Talhada - PE.



Fonte: ISASG (2025)

Vale destacar as parcerias estabelecidas com instituições governamentais e acadêmicas, como as celebradas com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), potencializam esse processo ao articular pesquisa, extensão e realidade local. Capacitações e experimentos voltados à apicultura, à horta comunitária, ao beneficiamento de frutos da Caatinga e ao cultivo de caju e manga em regime de sequeiro exemplificam essa integração entre conhecimento científico e práticas territoriais.



Nesse contexto, práticas agrícolas baseadas no uso de insumos como gesso agrícola, esterco bovino e silício, associados ou não ao consórcio com feijão, por exemplo, têm se mostrado estratégias promissoras para a mitigação do estresse hídrico e a melhoria da fertilidade do solo. Essas experiências materializam um processo de construção coletiva do conhecimento, fundamentado no diálogo horizontal entre saberes científicos e saberes populares, em consonância com a pedagogia freireana (Freire, 1996).

A dimensão socioeconômica e de gênero emerge como eixo estruturante dessa experiência, especialmente por meio da atuação do grupo denominado Sabores da Caatinga, composto por mulheres das comunidades locais (Figura 8), que para além de produzir produtos oriundos de plantas da Caatinga, geram renda e promovem aprendizagem, difusão de conhecimentos e inovações (Sabourin, 2009, p. 250).

Figura 8 – Acervo de produtos à base de plantas típicas da Caatinga produzidos por mulheres locais no ISASG.



Fonte: ISASG (2025)

O beneficiamento de frutos nativos da Caatinga e a produção de alimentos agroecológicos agregam valor à biodiversidade, promovem geração de renda e fortalecem a autonomia econômica feminina, reafirmando o papel central das mulheres nos processos de reprodução social, “segurança alimentar, luta contra a pobreza, assistência social, gênero, jovens, meio ambiente e sustentabilidade territorial” (Sabourin, 2009, p. 149). Essa experiência dialoga com Krenak (2020), ao reafirmar que defender o território é defender a



vida, princípio que se materializa nas ações do ISASG ao integrar produção, conservação ambiental e pertencimento territorial.

As ações de educação ambiental incorporam saberes locais e promovem a participação comunitária, inclusive de antigos caçadores e desmatadores, que passam a atuar em atividades de pesquisa, identificação de espécies e monitoramento ambiental. Tal abordagem evidencia o potencial transformador da educação ambiental crítica ao ressignificar práticas e fortalecer uma ética do cuidado com o território.

Apesar dos avanços, persiste a necessidade de aprofundar ações educativas e de fiscalização participativa, diante da continuidade de práticas como caça e desmatamento em áreas sensíveis. Isso reforça a importância de políticas públicas permanentes e do fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil que atuam na mediação entre Estado, comunidades e território.

O aproveitamento sustentável dos recursos da Caatinga demonstra que é possível gerar renda com a floresta em pé, ampliando a valorização ecológica, cultural e econômica do bioma. Em fase de estruturação, o Programa Mbaê-Tatá (Boi-tatá) amplia essa atuação ao incorporar ações de prevenção e combate a incêndios florestais, integrando proteção da biodiversidade, dos corpos d'água e da segurança socioambiental.

De modo geral, as iniciativas do ISASG reafirmam que a conservação do bioma Caatinga e a proteção dos modos de vida tradicionais são processos indissociáveis, consolidando o território como espaço de vida, identidade e futuro coletivo.

Nesse conjunto de ações, o território deixa de ser compreendido apenas como espaço físico e passa a ser reconhecido como espaço de vida, memória, identidade e projeto coletivo. As iniciativas desenvolvidas ampliam as possibilidades reais de escolha dos sujeitos envolvidos (Beserra et al., 2022), fortalecendo sua inserção produtiva e a construção de projetos de vida ancorados no território, em consonância com a abordagem das capacidades descritas por Sen (2010).

Por fim, a experiência do ISASG configura-se como uma expressão concreta de desenvolvimento territorial sustentável, nos termos discutidos por Sen (2010), Sachs (2004),





Abramovay (2000) e Caporal e Azevedo (2011). Ao promover capacidades locais, fortalecer a agroecologia, ampliar liberdades substantivas e articular políticas públicas com iniciativas comunitárias, o Instituto contribui para um modelo de desenvolvimento que transcende indicadores econômicos e incorpora dimensões sociais, ambientais, culturais e éticas, afirmando-se como experiência emblemática de resistência e reinvenção do Semiárido brasileiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a atuação do ISASG como uma experiência territorialmente situada de enfrentamento às problemáticas socioambientais no bioma Caatinga, evidenciando sua contribuição para a integração entre conservação da biodiversidade, desenvolvimento territorial sustentável, inclusão social, equidade de gênero e soberania alimentar no Semiárido brasileiro.

Ao tomar o município de Serra Talhada, no Sertão do Pajeú, como lócus não mais empírico de pesquisa, mas um território de soltura da fauna silvestre e possibilidades desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as mulheres. O presente estudo buscou compreender de que maneira iniciativas socioambientais locais podem responder, de forma articulada, a desafios estruturais como a degradação ambiental, o tráfico de fauna silvestre e a fragilidade das políticas públicas voltadas à conservação em contextos semiáridos (Lacava, 2000; Magalhães, 2002; Saldanha e Peixoto, 2021).

Os resultados demonstram que a experiência do ISASG rompe com narrativas historicamente construídas que associam a Caatinga à escassez, improdutividade e vulnerabilidade permanente. Ao contrário, as ações desenvolvidas pelo Instituto evidenciam a elevada capacidade de resiliência socioecológica desse bioma, expressa na recuperação da fauna silvestre, na restauração da vegetação nativa e na reativação de funções ecossistêmicas fundamentais. A reintrodução de espécies por meio da ASAS, aliada ao plantio de espécies nativas e à recuperação de nascentes, contribui para o fortalecimento dos processos ecológicos





e para o chamado “recaatingamento”, reafirmando o papel estratégico da Caatinga na conservação da biodiversidade global.

Os números apresentados demonstram que as ações desenvolvidas entre 2021 e 2026 configuram instrumento relevante de conservação ativa do bioma Caatinga. As reintroduções contribuem tanto para mitigar os impactos do tráfico de fauna quanto para restaurar funções ecológicas essenciais ao equilíbrio dos ecossistemas semiáridos.

Contudo, para potencializar os benefícios ecológicos de longo prazo, recomenda-se a integração das ações de reinserção e soltura com programas de restauração de habitats, educação ambiental comunitária, manejo e monitoramento científico contínuo. Dessa forma, as reintroduções deixam de ser apenas medidas compensatórias e passam a integrar uma estratégia mais ampla de conservação e resiliência socioecológica da Caatinga.

Do ponto de vista teórico, a análise permitiu articular diferentes matrizes conceituais que fundamentam uma concepção ampliada de desenvolvimento. A ética do cuidado, proposta por Leonardo Boff (2015), manifesta-se na reorientação do uso da terra e na compreensão da natureza como sujeito de direitos e não como mero recurso produtivo. A pedagogia freireana, por sua vez, evidencia-se na construção dialógica do conhecimento, na valorização dos saberes locais e na participação ativa das comunidades nos processos de pesquisa, extensão e gestão territorial (Freire, 2013). Já a perspectiva de Ailton Krenak (2019) reforça a inseparabilidade entre território, cultura e existência, elemento central para compreender as práticas do ISASG como formas de defesa da vida e de afirmação do pertencimento territorial.

No campo das políticas públicas e do desenvolvimento territorial, os achados dialogam com autores como Amartya Sen (2010), Ignacy Sachs (2004), Caporal e Costabeber (2002) e Abramovay (2000), ao demonstrar que o desenvolvimento sustentável no Semiárido não pode ser reduzido a indicadores econômicos, mas deve ser compreendido como ampliação de capacidades, liberdades substantivas e justiça socioambiental. A experiência do ISASG evidencia que práticas agroecológicas, restauração ecológica, soberania alimentar e inclusão produtiva, especialmente das mulheres residentes em comunidades rurais, constituem dimensões indissociáveis de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável e





socialmente justo.

Entretanto, o estudo também revela limites institucionais importantes, especialmente no que se refere à fragilidade dos instrumentos normativos que regulamentam as Áreas de Soltura de Animais Silvestres, como a IN IBAMA nº 5/2021. A ausência de critérios mais sensíveis às especificidades ecológicas da Caatinga e às experiências territoriais consolidadas evidencia a necessidade de aprimoramento das políticas públicas ambientais, de modo a incorporar abordagens territorializadas, participativas e intersetoriais.

Conclui-se, portanto, que o ISASG constitui uma experiência emblemática e replicável de desenvolvimento territorial sustentável no bioma Caatinga, capaz de inspirar novas práticas e políticas públicas orientadas à conservação da biodiversidade, à justiça social, à equidade de gênero e à soberania alimentar. Ao articular produção, conservação e participação comunitária, o ISASG demonstra que é possível construir alternativas concretas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, fortalecendo a resiliência socioecológica do Semiárido e reafirmando a Caatinga como território de vida, resistência e futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/216478635/Livro-Muito-Alem-da-Economia-Verde-2012>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 2, p. 379–397, 2000. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ecoa/article/view/218794/199885>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BESERRA, Elijalma Augusto et al. A urbanização das áreas de sequeiro do município de Petrolina/PE: O caso do Distrito de Curral Queimado. Espaço Urbano: **Mobilidade, Saneamento, Arquitetura, Patrimônio, Meio Ambiente**, Volume 1, p. 68. Organização: Fabiane dos Santos. Belo Horizonte– MG: Poisson, 2022.





BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BONET, Ma Antonia Ribas; MORENO, Antonia Sajardo. La desigual participación de hombres y mujeres en la economía social: teorías explicativas. **CIRIEC – España: Revista de Economía Pública**, Social y Cooperativa, n. 50, p. 77-103. nov. 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/174/17405005.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Instrução Normativa nº 5, de 13 de maio de 2021**. Dispõe sobre as diretrizes, prazos e os procedimentos para a operacionalização dos Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetras) do Ibama, bem como para a destinação de animais silvestres apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente a esses centros. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=139089>. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998. Dispõe sobre a Promulgação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2652.htm. Acesso em: 14 nov. 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edmilson Silva de (org.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba, PR: IFPR, 2011. Disponível em: https://www.portalsdr.ba.gov.br/_portal/anexos/anexo_acervo_digital/PRINCIPIOS_E_PERSPECTIVAS_DA_AGROECOLOGIA_-_IFPR1.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edmilson Silva de (org.). **Extensão rural e agroecologia: caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: MDA, 2011.





DA SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2013.

Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253>.

Acesso em: 29 jan. 2026.

DE SÁ, Giovanni Alves Duarte. Honra, poder e parentela política: reflexões sociológicas a partir de um estudo de caso no Sertão Pernambucano. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 25. Araraquara, p. 209-228, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/11586/8130>. Acesso em: 25 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em:

<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>.

Acesso em: 01 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil**: compatível com a escala 1:250 000. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Série Relatórios Metodológicos, v.45, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 104 p. Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Ailton-Krenak-Ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo.pdf>. Acesso em; 22 dez. 2025.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/LAPRAFE/Acervo/Ailton%20Krenak%20-%20A%20vida%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20%C3%BAtil.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2026.

LACAVA, Ulisses. (Coord.). **Tráfico de animais silvestres no Brasil: um diagnóstico preliminar**. Brasília: WWF (World Wide Fund for Nature) -Brasil. 2000. 54 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/L3D00033.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2026.





LEAL, Inara R.; TABARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria Cardoso da (org.). **Ecologia e conservação da Caatinga**. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22426>. Acesso em: 10 Dez. 2025.

LEÓN, Inocencia María Martínez; LARIO, Narciso Arcas; HERNÁNDEZ, Margarita García. La influencia del género sobre la responsabilidad social empresarial en las entidades de economía social. **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**, n. 105, p. 143-172, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/367/36718802007.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

MAGALHÃES, Janaina Silvestre. **Tráfico de animais silvestres no Brasil**. 56 f. TCC (Graduação) - Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, 2002. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/2431>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MALUF, Renato Sérgio. **Segurança alimentar e nutricional: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/751265503/2007-Seguranca-Alimentar-e-Nutricional-Maluf>. Acesso em 20 jan. 2026.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 8, n. 2, 2000. p. 39–52. Disponível em: <https://mail.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/176>. Acesso em: 14 dez. 2025.

PALHETA, João Marcio et al. Justiça e governança socioclimática: caminhos para a sustentabilidade global. **Amazônia em debate: justiça socioambiental e sustentabilidade para um novo marco global rumo à COP**, Belém/PA: GAPTA/UFPA, p. 11 - 24. 2025. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1BJJFXiLMxW-z_g6uMQvOdUVCpdncXoHS/view. Acesso em: 10 dez. 2025.

RENTAS - Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres. **1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre**, 2001, p.107. Disponível em: <https://www.rentas.org.br/trafico-de-animais/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

SÁ, Antonia Alikeane de; SOUSA, Caíque Rodrigues de Carvalho. Biodiversidade e conservação da caatinga: um desafio para a ciência. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 12, p. e7136, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N12-258. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/7136>. Acesso em: 20 nov. 2025.





SALDANHA, Polliana de Oliveira; PEIXOTO, Rosana da Silva. Análise bibliográfica do tráfico de animais silvestres no Nordeste do Brasil na última década. **Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão (RevNUPE)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. e202102, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/revnupe/article/view/12002>. Acesso em: 24 jan. 2026.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Disponível em: <https://hal.science/hal-02840130/document>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**/ organizado: Paula Yone Storh . Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 96. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/310532536/Caminhos-Para-o-Desenvolvimento-Sustentavel-Ignacy-Sachs>. Acesso em: 27 de nov. 2025.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 251. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/481223570/Desenvolvimento-includente-sustentavel-sustentado-LIVRO-kupdf-net-pdf>. Acesso em: 28 nov. 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Desenvolvimento como liberdade - Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/80156.pdf?srsId=AfmBOoqJO0cnLkIV1IqRS6MigdCA3aoBacfs9QKfaAIrcR4emKfjRnrp>. Acesso em: 10 nov. 2025.

Recebido em: 20/02/2026

Aprovado em: 03/03/2026

Publicado em: 13/03/2026

